



Processo n.º: 450.10.02.02.006877.2020.RH5A

Utilização n.º: A006470.2020.RH5A

Início: 2020/04/21

# Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos - Captação de Água Subterrânea

## Identificação

Código APAAPA00018236País\*PortugalNúmero de Identificação Fiscal\*501793372

Nome/Denominação Social\* Uniovo - Ovos e Derivados, S.A.

**Idioma** Português

Morada\* Rua Estrada da Ribeira nº 318 Gontijas-

Localidade\* Areias

Código Postal 2240-368

Concelho\* Ferreira do Zêzere

 Telefones
 249361851

 Fax
 249362398

Obrigação de correcção de Dados de Perfil

## Localização

Designação da captação AC2 - Casal Mourão

Tipo de captaçãoSubterrâneaTipo de infraestruturaFuro verticalPrédio/ParcelaRibeiro da Mata

**Dominialidade** Domínio Hídrico Privado

Nut III - Concelho - Freguesia Médio Tejo / Ferreira do Zêzere / Areias

**Longitude** -8.342943 **Latitude** 39.718449

Região Hidrográfica Tejo e Ribeiras do Oeste

Bacia Hidrográfica Nabao

Sub-Bacia Hidrográfica PT05TEJ0890 :: Ribeira do Chão das Eiras

Tipo de massa de água SUBTERRANEA

Massa de água PTO01RH5\_C2 :: ORLA OCIDENTAL INDIFERENCIADO DA BACIA DO TEJO

Classificação do estado/potencial ecológico (superficial) ou estado (subterrânea) da massa

de água

Bom

## Caracterização

 Uso
 Particular

 Captação de água já existente
 |X|

 Situação da captação
 Principal

Perfuração:







Método Rotopercussão

Profundidade (m)40.0Diâmetro máximo (mm)200.0Profundidade do sistema de extração (m)35.0Cimentação anular até à profundidade de (m)0.0

Revestimento:

TipoPVCProfundidade (m)40.0Diâmetro máximo da coluna (mm)140.0

Regime de exploração:

Tipo de equipamento de extração Bomba elétrica submersível

EnergiaElétricaPotência do sistema de extração (cv)3.0Caudal máximo instântaneo (l/s)2.300Volume máximo anual (m3)34500.0Mês de maior consumoagostoVolume máximo mensal - mês de maior3500

consumo (m3)

### **Finalidades**

Rega

Área total a regar (ha) 0.1000 Área atual a regar (ha) 0.1000

Área a regar no horizonte de projeto (ha)

Vai ser promovido tratamento à água captada |X|

**Tipo de tratamento** Filtros de Cordas, Sistema de Ultravioletas e adição de hipoclorito quando

necessário

Outras origens de água para rega Não existe

Finalidade da rega

Finalidade da rega

Espaços verdes

Especificação das culturas

Tipo de culturaTipo de regaOutras culturas arvensesGota a gota

Atividade Pecuária

Tipo de actividade pecuáriaProduçãoREAP (Classe de atividade)Classe 1

CAE Principal 01470 : Avicultura

CAE Secundária

Quantidade de efluentes pecuários produzidos 14168 toneladas ano

Destino dos efluentes pecuários produzidos Unidade de compostagem (Biocompost Lda) e valorização por terceiros

Animal de espécie pecuária Av







Capacidade de exploração (cabeças normais) 6747 Vai ser promovido tratamento à água captada |X|

Tipo de tratamento Filtros de Cordas, Sistema de Ultravioletas e adição de hipoclorito quando

necessário

Existem outras origens de água |X|

Origens de água Outras captações subterrâneas que abastecem o núcleo.

#### Atividades de outro tipo

Painéis de refrigeração para arrefecimento dos pavilhões: 6150 m3/ano

#### Condições Gerais

- 1ª O titular deverá respeitar todas as leis e regulamentos aplicáveis e munir-se de quaisquer outras licenças exigíveis por outras entidades
- 2ª O titular fica sujeito, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) calculada de acordo com a seguinte fórmula: TRH = U, em que U utilização de águas sujeitas a planeamento e gestão públicas.
- 3ª A matéria tributável da componente U é determinada com base no sistema de registo do volume de água captado definido no Anexo – Termos da instalação de um sistema de registo do volume de água captado.
- 4ª Sem prejuízo das sanções aplicáveis, sempre que o registo atualizado do volume de água captado, não seja entregue com a periodicidade definida no anexo correspondente ou até ao dia 15 de janeiro ao do ano de liquidação da TRH, o valor da componente U será estimado tendo por base o volume máximo mensal para o mês de maior consumo estabelecido nesta autorização.
- 5ª O pagamento da taxa de recursos hídricos devida é efetuado no ano seguinte àquele a que a taxa respeite até ao termo disposto na Nota de Liquidação respetiva e pode ser feito de acordo com o previsto no número 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.
- 6ª A falta de pagamento atempado fica sujeito a juros de mora à taxa legal em vigor, conforme dispõe o número 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na sua redação atual.
- 7ª O titular deverá respeitar o regime de exploração acima descrito.
- 8ª O titular é obrigado a implementar as medidas adequadas à proteção e manutenção da captação.
- 9ª O titular da autorização fica obrigado a informar a entidade licenciadora, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente grave que afete o estado das águas.
- 10ª O titular obriga-se a cumprir o disposto na presente autorização, bem como todas as leis e regulamentos vigentes, na parte em que for aplicável, e os que venham a ser publicados, quer as suas disposições se harmonizem ou não com os direitos e obrigações que à presente autorização sejam aplicáveis.
- 11ª Para efeitos de fiscalização ou inspeção, o titular fica obrigado a facultar, às entidades competentes, este título, bem como o acesso à captação e equipamentos a que respeitam esta autorização.
- 12ª As despesas com vistorias extraordinárias, inerentes à emissão deste título, ou que resultarem de reclamações justificadas, serão suportadas pelo seu titular.
- 13ª Em caso de incumprimento da presente autorização, o seu titular fica sujeito às sanções previstas no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 14ª Esta autorização só pode ser transmitida nas condições previstas no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 15ª Esta autorização caduca nas condições previstas no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 16ª Esta autorização poderá, a qualquer altura, ser revista ou revogada nos casos previstos nos artigos 28º e 32º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- 17ª O titular obriga-se a instalar um sistema de registo (contador) do volume de água captado, cuja leitura deverá ser enviada à entidade licenciadora com o formato definido no Anexo.

## **Outras Condições**

1ª A presente Autorização anula e substitui a Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos para Pesquisa e Captação de Água Subterrânea emitida com o código 2011.003200.001.T.A.CA.SUB.







- 2ª A captação será exclusivamente utilizada para actividade pecuária, rega e painéis de refrigeração para arrefecimento dos pavilhões, no local supra indicado, fim que não pode ser alterado sem prévia autorização da entidade licenciadora.
- 3ª Num raio de 50 metros com centro na captação não devem existir fossas ou poços absorventes, nitreiras, estábulos e depósitos de resíduos de qualquer natureza.
- 4ª O titular deve cumprir o "Código das Boas Práticas Agrícolas" para garantir a proteção da qualidade da água.
- 5ª O titular obriga-se a informar a entidade licenciadora, no prazo máximo de 15 dias, sobre qualquer situação de avaria, reportando as respectivas leituras no caso de troca de contador.
- 6ª Na impossibilidade de registo por avaria ou inexistência temporária do contador não é permitida a extracção de água.
- 7ª Os parâmetros de exploração da captação poderão vir a ser objecto de reavaliação, designadamente nos casos em que se verifique o abaixamento consistente (por mais de 6 meses consecutivos) dos níveis piezométricos da captação.
- 8ª Caso haja conflito com outros utilizadores do mesmo aquífero, com captações localizadas a uma distância inferior a 100 metros, a eventual utilização desta captação será condicionada aos resultados de um Estudo Hidrogeológico, cuja realização ficará a cargo do utilizador.

#### **Autocontrolo**

Volume máximo mensal do mês de maior consumo

Volume

3500 (m3)

#### Programa de autocontrolo a implementar

O titular obriga-se a instalar um aparelho de medida (contador), que permita conhecer com rigor o volume total de água captado. As leituras do contador terão de ter periodicidade mensal e deverão ser reportadas à entidade licenciadora com uma periodicidade semestral.

Os dados deverão ser reportados preferencialmente em formato digital, numa tabela que respeite as seguintes colunas: [Nº de Utilização], [Nº de processo], [Mês de medição], [Volume máximo autorizado], [Leitura anterior do contador], [Leitura atual do contador], [Volume extraído], [Observações].

Indique numa coluna de Observações o motivo pelo qual ultrapassou o volume autorizado.

O presidente do conselho diretivo da APA, IP









# Localização da utilização

Peças desenhadas da localização



